

Reflexão eleitoral

O balanço de um recenseamento eleitoral problemático

- O recenseamento eleitoral 2023 foi marcado por exclusão de milhares de cidadãos, mobilização de potenciais eleitores provenientes fora do raio municipal, emissão de cartões de eleitor no período nocturno, entre outras irregularidades;
- Além da responsabilização criminal dos promotores das gravosas irregularidades que mancharam o recenseamento, o Estado deve investir numa auditoria independente para determinar o nível dos ilícitos e seus impactos nas eleições, antes da validação efectiva dos dados do censo 2023.

1. Nota introdutória

Considerado como um dos mais problemáticos na história do país, o recenseamento eleitoral 2023, que decorreu de 20 de Abril a 3 de Junho de 2023, nos 65 municípios e vilas autárquicas do país, foi marcado por diversas irregularidades.

Para reflectir sobre esta fase das eleições autárquicas deste ano, cuja votação terá lugar no dia 15 de Outubro próximo, o Consórcio Eleitoral “Mais Integridade” organizou, no dia 15 de Junho de 2023, um webinar com o tema “Recenseamento Eleitoral: que balanço?”, que teve como oradores Edson Cortez, presidente do Consórcio, Guilherme Mbilana, especialista em contencioso eleitoral e Arcénio Cuco, académico, com a moderação de Augusta Almeida, coordenadora de “Mais integridade”.

Este documento resume as principais constatações e recomendações daquele que foi o primeiro de uma série de cinco webinários programados para discutir questões relevantes atinentes às VI eleições autárquicas. Além de membros do Consórcio, o webinar teve contribuições de académicos, representantes de partido políticos, sociedade civil, entre outros intervenientes que tomaram parte do evento.

2. Os principais incidentes e suas implicações

O webinar balanço do recenseamento eleitoral enfatizou a gravidade das irregularidades registadas no processo. Nas suas intervenções, os oradores apontaram, entre as principais irregulares, a exclusão deliberada de potenciais eleitores considerados apoiantes de partidos da oposição, em esquemas que incluíram supostas avarias de equipamento, incluindo o célebre não reconhecimento facial de certos cidadãos, sobretudo idosos. De acordo com os painelistas, situações deste género

foram observadas com maior incidência em áreas de domínio dos partidos Renamo e do MDM, casos dos distritos de Guruè, Milange e Alto Molócuè, na província da Zambézia, Marromeu, Caia, Nhamatanda e cidade da Beira, província de Sofala, Mandimba e Cuamba, em Niassa, e em quase todos municípios da província de Nampula.

Os actos de bloqueio de potenciais eleitores da oposição foram registados com envolvimento de dirigentes locais de órgãos eleitorais, sendo o caso da Beira o mais paradigmático, onde o director distrital do STAE dava instruções, em grupo de Whatsapp, para dificultar o recenseamento de eleitores “opositores”.

Em contrapartida, destacaram os participantes, em relação aos eleitores apoiantes da Frelimo, o partido no poder, até havia “listas de prioridade” para facilitar a sua inscrição nos postos de recenseamento. Outras irregularidades destacadas no primeiro webinar sobre as eleições de 2023 incluem a mobilização de potenciais eleitores provenientes de fora das áreas abrangidas pelo recenseamento deste ano, a emissão de cartões de eleitor no período nocturno e em locais não concebidos para o efeito, além do bloqueio da observação independente do recenseamento, em alguns casos também com instruções dos dirigentes locais dos órgãos eleitorais.

Estas e outras irregularidades concorreram, sobremaneira, para a exclusão de milhares de moçambicanos no processo de recenseamento, impedindo-os, desta forma, de exercer o seu direito de voto nas eleições de Outubro próximo. Para os painelistas do webinar “Recenseamento Eleitoral: que balanço?”, nem a prorrogação do horário de recenseamento nos últimos dias do censo evitou a exclusão de milhares de moçambicanos, cenário gravado por avarias “reais” do equipamento e, em alguns casos, fraco domínio no seu manuseamento, além de interrupções no fornecimento de corrente eléctrica.

Além das irregularidades em si, também foi destacada a não responsabilização dos infractores, o que gera a sensibilidade de impunidade que encoraja a prática deste tipo de ilícitos. Nas várias intervenções, os intervenientes alertaram para os riscos de um recenseamento problemático como este, desde logo a descredibilização das eleições, até à geração de conflitos, como nos ensina a história eleitoral do país. Por isso, consideraram o recenseamento como um mau sinal para o processo eleitoral.

Mas, enquanto reconheceu os esquemas do partido no poder para viciar o recenseamento, o webinar destacou as fragilidades da oposição que, em muitos casos, não conseguiu fiscalizar, documentar e usar o contencioso eleitoral para interpor as reclamações, desde a mesa de votação até ao Conselho Constitucional, passando pelos órgãos eleitorais a nível de base e dos tribunais de distrito. No evento, foi enfatizando que, por mais reclamações que apresentem nos órgãos de comunicação social, os partidos políticos não conseguirão fazer valer as suas reclamações porquanto a legislação eleitoral moçambicana impõe o princípio de recurso prévio, que deve ser imposto na mesa onde é registada a irregularidade por reclamar.

3. Recomendações

No final do evento, ficou assente a necessidade de os órgãos eleitorais pautarem por boas práticas, até capitalizando experiências dos processos eleitorais anteriores, evitando irregularidades, como forma de credibilizar as eleições e evitar conflitos.

Foi consensual que, nas eleições, não deve haver presunção de vencedores e perdedores, havendo que desconstruir a ideia de vencedores antecipados nesses processos.

Não menos importante foi a recomendação para a responsabilização criminal dos actores das irregularidades registadas no recenseamento, como forma de desencorajar este tipo de actos.

Mas, com o grau de irregularidades detectadas no recenseamento deste ano, os participantes do webinar também recomendaram a realização de uma auditoria independente dos dados provisórios do recenseamento eleitoral, antes da validação final dos dados do censo.

Entre várias recomendações, foi, igualmente, colocado o desafio para um maior domínio da legislação eleitoral por parte dos diferentes actores, sobretudo os partidos políticos e seus candidatos, para evitar equívocos sobre o processo.

Nos 45 dias do recenseamento eleitoral, 68 observadores do Consórcio Eleitoral “Mais Integridade” testemunharam cerca de 62 mil processos de inscrição de cidadãos nos cadernos de eleitores, através de mais de 4.200 visitas a 918 postos de recenseamento, em 27 municípios, ou seja, em cerca de 50% dos postos existentes nas circunscrições autárquicas.

Além do recenseamento eleitoral em si, o Consórcio observou a exposição de cadernos nos seguintes municípios: Cuamba e Insaca, na província de Niassa; Montepuez, Mocímboa da Praia, Pemba e Chiúre, na província de Cabo Delgado; Cidade de Nampula, Ilha de Moçambique, Nacala-Porto, Angoche e Malema, na província de Nampula; Quelimane, Mocuba, Gurúè, Alto Molócue e Morrumbala, na província da Zambézia; Moatize, na província de Tete; Guro, na província de Manica; Beira e Marromeu, na província de Sofala;

Massinga, na província de Inhambane; Chókwè, Mandlakazi e Massingir, na província de Gaza); Matola e Matola-Rio, na província de Maputo, e Cidade de Maputo.

O Consórcio irá observar todos os actos do processo eleitoral de 2023, incluindo a campanha, a votação e o apuramento, até à promulgação dos resultados pelo Conselho Constitucional. O Consórcio Eleitoral “Mais Integridade” é composto pela Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP) da Igreja Católica, Centro de Integridade Pública (CIP), Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA), Solidariedade Moçambique (SoldMoz), Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Capítulo Moçambicano do Instituto para Comunicação Social da África Austral (MISA Moçambique) e Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência (FAMOD).

Constituído em 2022, o Consórcio tem como objectivo contribuir para a transparência e integridade do ciclo eleitoral 2023-2024, avaliando, de forma objectiva e isenta, o seu desenrolar, produzindo informação e análise públicas e credíveis sobre as várias fases do processo, incentivando o nível e a qualidade de participação dos cidadãos e contribuindo para a redução das tensões eleitorais.

Membros:



Para mais informação sobre o Consórcio, contacte-nos através de:

Rua Fernão Melo e Castro, nr. 124 | Bairro da Sommerschild, Maputo, CP 3266 | E-mail: cip@cipmoz.org | Tel: +258 21499916
Contacto Directo: Edson Cortez | E-mail: edson.cortez@cipmoz.org e edcortez@gmail.com | tel:+258849551701